



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13056.000521/2007-48
<b>Recurso nº</b>	890.673 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1302-00.705 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	4 de agosto de 2011
<b>Matéria</b>	SIMPLES - INCLUSÃO
<b>Recorrente</b>	CALÇADOS PARAISO LTDA. ME
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTO - SIMPLES**

Período de apuração: 01/04/1999 a 31/12/2001

Perempção.

Não se conhece do recurso apresentado após prazo de trinta dias contados da ciência da decisão de 1<sup>a</sup> instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, não conhecer do recurso por perempção

(documento assinado digitalmente)

MARCOS RODRIGUES DE MELLO - Presidente. e relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Rodrigues de Mello, Wilson Fernandes Guimarães, Daniel Salgueiro da Silva, Eduardo de Andrade, Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira e Irineu Bianchi

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário em relação ao acórdão DRJ que manteve o ato declaratório de exclusão do simples da interessada.

A DRJ decidiu:

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES**

Período de apuração: 01/04/1999 a 31/12/2001

**EXCLUSÃO DO SIMPLES - PENDÊNCIA DA EMPRESA JUNTO PGFN E INSS.**

Há que ser considerada procedente a exclusão de ofício do Simples, formalizada por meio de ato declaratório, tendo em vista que, à época, restou comprovada a existência de débito da empresa inscrito na Dívida Ativa da União.

Manifestação de Inconformidade Improcedente.

A recorrente foi cientificada do acórdão DRJ em 28/09/2010 e apresentou recurso em 29/10/2010.

**Voto**

Conselheiro MARCOS RODRIGUES DE MELLO

O recurso é intempestivo e não pode ser conhecido.

Prescreve o Decreto 70.235/72, que regula o Processo Administrativo Fiscal:

*Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.*

Apresentado o recurso após o prazo estabelecido, deve ser considerado perempto e não pode ser conhecido por este colegiado.

Diante do exposto, voto por não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

MARCOS            RODRIGUES            DE            MELLO            -            Relator